

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – PRESTES, Andréia Baia. Ao abrigo da família: emoções, cotidiano e relações em Instituições de abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

2) Orientador – NAVEIRA, Miguel A. Carid.

3) Resumo – Segundo definição dada pelo dicionário Aurélio, Abrigo significa “lugar de proteção e refúgio; Fig. Refúgio, conforto, segurança e proteção; casa de caridade onde se recolhem os desamparados: desabrigados, crianças, idosos, etc.; ambiente protegido natural ou artificialmente contra os efeitos de um bombardeio: abrigo anti-atômico”. (Sinônimos: asilo, refúgio, retiro.). Por sua vez, o termo família vem do latim *famulus*, que significa “escravo doméstico”. Numa definição mais ampla, significa o conjunto das propriedades de alguém, incluindo escravos e parentes. A escolha do título desta dissertação procura exatamente conjugar a contradição presente nesta etnografia: estar “ao abrigo da família” significa encontrar-se protegido *junto à* família, ou estar protegido *da* família? Qual vem a ser, de fato, a situação que se configure como ‘o melhor interesse da criança’? De acordo com a norma legal, crianças e adolescentes são afastadas do convívio familiar em função de situações que as colocam em risco, sendo colocadas, ‘em caráter provisório’, em Instituições onde devem residir até que seja possível sua reintegração ou colocação em um novo grupo de parentesco. No entanto, é necessário que se considere que este lapso temporal não é necessariamente curto, menos ainda será uma experiência vazia. Por isso, deve-se visualizar o tempo do abrigamento como concreto, produtor de significados e constituinte de sujeitos. Assim, importa indagar como se constitui a experiência do abrigamento. Que cotidiano, que emoções, que relações se estabelecem entre os indivíduos que vivenciam a experiência do abrigamento? É o que se procura desvelar ao longo das páginas dessa etnografia. Para tanto, serão tomadas várias perspectivas: a da posse, a do parentesco, a da autoridade, a da partida, a do retorno; todas essas, amarradas pelo feixe da *memória*, que se coloca como um espaço privilegiado de composição e reprodução da realidade vivida na Instituição. Como se verá com maior ênfase no capítulo V, a memória pregressa é parte do pouco que o indivíduo leva consigo quando adentra na Instituição. Por vezes, ela é causa de tensão entre um passado concreto demais que se interpõe à nova realidade, mas o tempo vivido no abrigamento constrói novos afetos e memórias, que produzem uma outra noção de pessoa, sobre cujas particularidades pretendemos tratar ao longo deste estudo. O primeiro capítulo, denominado “Crianças e instituições: Estudo, imagens e imaginários”, envolve alguns pontos teóricos de longo alcance, a respeito dos quais me pareceu necessário tratar antes de adentrar nas

particularidades do campo propriamente ditas. Nele, abordaremos algumas concepções criadas acerca do que seja crescer em instituições de abrigo, e do tipo de sujeito que se constitui a partir desta vivência. Fechando o capítulo, traço uma breve revisão de produções bibliográficas que tratam desse campo de pesquisa. No capítulo II, apresento as duas Instituições pesquisadas, procurando apresentá-las materialmente ao leitor, e tratar das especificidades de cada uma delas, e encerro com algumas notas comparativas sobre as duas estruturas e suas práticas. O capítulo III trata da questão da posse no ambiente institucional, procurando destacar o modo como a necessidade de possuir e colecionar bens de pequena monta é um dado de extrema importância para os abrigados, uma vez que, através de suas posses, eles se individualizam perante o conjunto uniformizante ao seu redor. O coletivo é apresentado aqui também sobre as nuances de uma autoridade que não é unívoca, mas partilhada e hierarquizada. Encerra o capítulo uma breve etnografia de algumas comemorações, onde se podem se identificar mais claramente os momentos de tensão no padrão hierárquico cotidiano. No capítulo IV, procura-se tratar do complexo contexto das relações parentais e emotivas que se desenrolam no interior da Instituição. Nesse ambiente, novos laços e afetos se estabelecerão, os quais só podem ser interpretados abandonando-se as comparações pobres que tendam a entender o seu conteúdo como um ‘arremedo’ ou ‘placebo’ à falta da família. Fecha a dissertação um capítulo que trata das diferentes formas de ‘partir’: adoções, maioria civil e fugas; e das possibilidades de retorno. Tratando das partidas, pretendo discorrer acerca dos casos de adoção que testemunhei, e da forma como as duas instituições ‘preparam’ os indivíduos para a saída em função da chegada à ‘idade limite de permanência’. Entre esses processos ideais de partir, as fugas se interpõem como uma tensão das formas tidas como “regulares”, de difícil análise e compreensão. Quanto à possibilidade de retorno, reporto-me à construção autobiográfica de egressos e trato também dos casos que pude acompanhar de ex-internos que retornam à Instituição para prestar serviços ou resgatar memórias, o que reitera a percepção de que o *grupo de referência* destes indivíduos é aquele construído dentro da realidade de abrigo, e não necessariamente o parentesco biológico.

4) Palavras-Chave – não informada.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.